

## **Sobreposições**

Os resultados do concurso de admissão ao ensino superior público vieram mais uma vez revelar o estado de profunda desarticulação entre a oferta e a procura que caracteriza este subsistema de ensino em Portugal. Ao nível agregado, e pela primeira vez, o número total de vagas disponíveis nas universidades públicas foi superior ao número de candidatos. Esta situação resulta, não só do elevado esforço de investimento levado a cabo pelo Estado, mas também de um declínio estrutural da população estudantil. Por motivos de natureza demográfica, a procura dirigida ao ensino superior como um todo tem vindo a reduzir-se e não é de esperar uma inversão de tendência nos anos mais próximos.

O quadro ao nível das diferentes licenciaturas, não é, no entanto, homogéneo. De facto, embora em muitos cursos exista capacidade em excesso, outros há em que as vagas disponíveis são insuficientes. Para o contribuinte, se já não é agradável saber que uma parte dos impostos serve para financiar cursos que não têm alunos, pior é constatar que nem sempre os investimentos realizados pelo Estado têm sido proporcionais às necessidades.

O exemplo da Medicina é paradigmático. Apesar de as elevadas médias de acesso não serem propriamente uma realidade recente, o que é certo é que ao longo de muitos anos a oferta pública não aumentou e as candidaturas ao ensino da Medicina por parte do sector privado têm sido sistematicamente rejeitadas. E embora este ano (finalmente) tivessem entrado em funcionamento duas novas faculdades (públicas), o que é certo é que ficaram de fora alunos com média de 18,3 (!!). O resultado da incompreensível política de contenção a que o ensino da Medicina tem sido sujeito em Portugal é uma enorme carência de profissionais no sector, com a conseqüente apropriação de rendas económicas por parte daqueles que têm oportunidade de exercer.

Se um pouco menos de “prudência” talvez tivesse sido desejável ao nível das áreas de saúde, um pouco mais de contenção não teria sido despropositada em cursos onde a oferta se revela excessiva, como a Economia, a Gestão e o Direito. Ao expandir o número de vagas nesse segmentos, as universidades do Estado entraram em concorrência directa com as universidades privadas, que em regra só têm alunos dispostos a pagar propinas na medida em que lhes seja vedado o acesso ao ensino público. A partir do momento em que as universidades públicas passam a concorrer pelo preenchimento de vagas e o acesso ao ensino superior com notas negativas se democratiza, o sector privado é literalmente esmagado.

Em suma, num contexto de redução da procura global, verifica-se um crescimento do ensino público em segmentos onde existe excesso de oferta ao mesmo tempo que se pratica a contenção no segmento onde tipicamente o excesso de procura tem sido mais pronunciado. Vá-se lá compreender isto.

Perdendo alunos para o ensino público nos seus segmentos tradicionais e vendo sistematicamente recusadas as suas pretensões de criar a apetecida licenciatura em Medicina, as universidades privadas tendem a perder peso, refugiando-se em pós-graduações e cursos exóticos. Pior do que isso, como se já não bastasse o facto de tipicamente receberem os alunos com médias de entrada mais baixas, as universidades privadas sentem agora uma dificuldade crescente em cumprir os requisitos de qualidade que necessariamente devem assistir as instituições de ensino superior. Há aspectos endógenos na qualidade que não se podem ultrapassar pela força dos regulamentos.

Esta evolução leva-nos mais uma vez a questionar o actual modelo de financiamento do ensino superior. Por um lado, tudo leva a crer que a actual política de propinas tenha na prática um carácter regressivo. Por outro lado, a propina uniforme peca por não actuar como mecanismo regulador, tornando a correcção dos desequilíbrios muito dependente de decisões discricionárias. Finalmente, sendo as decisões nos organismos públicos muitas vezes condicionadas por estruturas de incentivos perversas, não será propriamente de estranhar a ocorrência de planos de investimento menos satisfatórios do ponto de vista social. Uma via alternativa seria, então, a substituição da actual política de propina única e uniforme por um esquema mais flexível, que reflectisse a composição da procura e os diferentes custos de produção. Esse mecanismo deveria ser necessariamente complementado com bolsas e subsídios em função do desempenho e da capacidade de pagamento. Mas, definitivamente, há matérias em que a racionalidade económica não alinha com a racionalidade política...

Miguel Lebre de Freitas

8-10-01